



O ADVENTO DO PASTORADO FEMININO NO BRASIL

José Nunes dos Santos Júnior¹
Sueli Ribeiro Mota Souza²

Corre uma anedota no meio evangélico que diz que, quando Jesus ressuscitou, apareceu primeiro às mulheres para que a notícia se espalhasse mais rápido. Se a piada parece machista, para as mulheres que se tornaram pastoras, este relato bíblico, Jesus aparecendo primeiramente às duas Marias, revela o fato de que foi dado às mulheres o privilégio de primeiro compartilhar a volta de Jesus e assim anunciar o evangelho (SANTOS, 2002, p. 114). No entanto, o que se percebe é uma verdadeira discussão entre aqueles que são favoráveis e entre os que não são ao pastorado feminino. Para o pastor e escritor presbiteriano Augustus Lopes,

[...] em poucas palavras, não vejo evidências suficientes no Novo Testamento de que mulheres devam (ou possam) ser ordenadas como pastoras ou presbíteras (bispas) para cumprir plenamente seu ministério nas igrejas locais. Por outro lado, as evidências em favor do ministério feminino restrito são fortes, e, ao meu ver, decisivas (LOPES, 1997, p.19).

Para o pastor presbiteriano, não há nenhum problema enquanto a mulher exercer outros papéis de liderança na igreja, desde que, não seja o exercício pastoral.

As igrejas evangélicas históricas, tais como Anglicana, Luterana e Metodista, foram fundadas por homens, mesmo que, com o tempo, se tornassem mais abertas às lideranças femininas. As duas primeiras de origem europeia, e a terceira de origem norte-americana, desde a sua fundação tiveram exemplos de mulheres que, junto a seus maridos missionários, exerceram grande influência nos trabalhos evangelísticos. Seus primeiros trabalhos eram como missionárias, e exerciam atividades como educadoras religiosas, enfermeiras, assistentes sociais, professoras primárias e professoras de piano. Eram, portanto, os papéis permitidos a elas enquanto evangelizadoras. É verdade que constantemente tiveram os seus trabalhos atrelados aos de seus esposos, mas

¹ Mestre em Educação pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB), Licenciado em História e Bacharel em Teologia.

² Doutora em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia e professora Titular do Departamento de Educação e Contemporaneidade da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).



eram exemplos de mulheres que, uma vez escolhidas por Deus para pregar o Evangelho, caminhavam lado a lado com seus maridos.

A primeira igreja a ter uma liderança efetivamente feminina foi o Exército da Salvação. Desde a sua fundação em 1865, em Londres, Catherine Booth já era uma pregadora de sucesso. Em seguida, vem a Igreja do Evangelho Quadrangular, fundada em 1922, em Oakland, Califórnia, EUA, por Aimée Semple McPherson. Mas é na década de 1970, no século XX, que as mulheres religiosas vão reivindicar uma participação mais igualitária em suas igrejas.

Em se tratando de solo brasileiro, as igrejas históricas e pentecostais chegaram aqui desde cedo, mas as primeiras igrejas evangélicas a permitirem efetivamente a pregação feminina no Brasil são Exército da Salvação (1922) e a Igreja do Evangelho Quadrangular (1953), sendo que, a primeira é de corrente histórica do Reino Unido, e a segunda de origem pentecostal norte-americana (FERNANDES, 1996). Já em 1971 a Igreja Metodista ordena a sua primeira pastora, seguida da Igreja Evangélica da Confissão Luterana do Brasil (IECLB).

EXÉRCITO DA SALVAÇÃO

O Exército da Salvação está ligado na mente popular, à obra de William Booth (1829-1912). Para Reily (1997, p. 178), “seria mais verídico encará-lo como uma obra familiar, com efetiva participação feminina desde o início”. Booth foi ministro da Nova Conexão Metodista por nove anos. No seu último círculo metodista, Gateshead, sua esposa Catarina começou a sua pregação (1860) e, quando o casal deixou os metodistas para iniciar sua obra evangelístico-social, Catarina participou plenamente, bem como no emergente Exército da Salvação (1878), ao qual, segundo Reily, mulheres eram sempre admitidas a todas as patentes.

Três filhas do casal William e Catarina sobressaíram-se no movimento, como registra Reily:

Catarina Booth-Clibborn liderou a organização do Exército na França e Suíça. Emma Moss Booth-Tucker trabalhou ao lado do seu marido na missão do Exército na Índia, e juntos comandaram o trabalho nos Estados Unidos de 1896 a 1903, quando Emma morreu num acidente de trem. A mais famosa das filhas, Evangeline Cory Booth, ganhou reconhecimento como musicista,

compositora e oradora; foi dirigente do Exército em Londres de 1890 a 1895 e depois comandante de todo o Exército no Canadá, onde organizou inclusive o trabalho entre os garimpeiros da corrida de ouro no Klondike (1898). Foi depois comandante nacional para os Estados Unidos (1904-1934) e finalmente, general e comandante geral da organização mundial, de 1934 a 1939 (REILY, 1997, p. 178-179).

Esse relato histórico do Exército da Salvação é talvez o exemplo mais marcante dentro do protestantismo na primeira parte do período moderno de abertura ao ministério pleno da mulher.

Em se tratando dos fundadores do Exército da Salvação no Brasil, David Michel e Stella Dilis le Michel chegaram em maio de 1922 no Rio de Janeiro, sendo Stella a primeira oficial, logo ministra, do Exército da Salvação no país. Dos contingentes do Exército enviados ao Brasil, aproximadamente metade era formado por mulheres.³

Catherine Booth, juntamente com o seu marido William Booth, foram os fundadores do Exército da Salvação em 1865, em Londres. Já em 1859, em resposta a um ministro independente congregacional, que acusava de antibíblica a pregação feminina, Catherine escreveu um tratado de 32 páginas, considerada uma apologia clássica na defesa do direito da mulher ao púlpito. Em um pequeno trecho do tratado, escreve:

É apenas uma questão de tempo a igreja permitir que as mulheres falem nas assembleias. O bom senso, a opinião pública e os resultados abençoados do concurso feminino forçá-lo-ão a interpretar honesta e imparcialmente o único texto em que fundamenta as suas proibições. Então, quando a verdadeira luz brilhar e as obras de Deus substituírem as tradições dos homens, o doutor em teologia que ensina que Paulo manda que a mulher fique quieta quando o Espírito de Deus a incita a falar será encarado como seria encarado um astrônomo que ensinasse que o sol é o satélite da terra (REILY, 2003, p.385).

³ Algumas destas fontes históricas foram de sites das próprias igrejas, que mantêm uma página contando sua história de fundação.



Para Catherine, as mulheres seriam tão qualificadas quanto os homens para anunciar o Evangelho. No ano seguinte, foi encorajada pelo marido para pregar. Sua pregação inicial ocorreu no primeiro domingo de junho de 1860. O casal mudou-se para Londres e fundou a “Missão Cristã” (1865), núcleo do Exército da Salvação. Catherine já era pregadora e evangelista experiente (REILY, 2003).

IGREJA INTERNACIONAL DO EVANGELHO QUADRANGULAR (IEQ)

A Igreja Internacional do Evangelho Quadrangular⁴ é uma das igrejas mais abertas ao ministério feminino no Brasil. Recebeu este nome em 1922 em Oakland, Califórnia, EUA, a partir de uma visão de Aimée Semple McPherson, única mulher missionária a criar uma grande denominação.

Aimée nasceu no Canadá em uma família metodista. Aos 17 anos teve uma experiência pentecostal, casando logo em seguida com um pregador local. Esteve na China como missionária por pouco tempo, onde perdeu o marido. Casando-se novamente, separou-se do marido para lançar-se como pregadora. Com uma tenda de lona, atravessou os EUA de carro e, por onde passava, lotava auditórios com sessões de cura divina. Estabeleceu-se próximo a Hollywood em 1922, e dirigiu a denominação até a sua morte, em 1940 (FRESTON, 1994).

A IEQ chegou ao Brasil em novembro de 1951, em São João da Boa Vista, São Paulo, fundada pelo Pastor Harold Edwin Williams, auxiliado pelo pastor Jesus Hermínio Vasquez Ramos; o primeiro, natural de Los Angeles, EUA e o segundo, natural do Peru.

Segundo Paul Freston (1994), a Igreja do Evangelho Quadrangular pertence à segunda onda do pentecostalismo que chega ao Brasil. Esta começou na década de 1950 e 1960, com forte ênfase na cura.

É a primeira igreja aberta às mudanças na sociedade e a fazer concessões, inovando com uma mensagem apresentada às massas fora dos templos, usando uma nova comunicação e deixando de fora o que denominava de preconceitos tolos e regulamentações absurdas (REILY, 2003, p. 30).

⁴ O nome Igreja do Evangelho Quadrangular refere-se aos quatro principais benefícios da morte de Cristo na cruz: salvação, batismo com o Espírito Santo, cura divina e volta de Cristo.



A história da Igreja do Evangelho Quadrangular no Brasil é marcada por fortes lideranças femininas. As primeiras ordenações de ministras ocorreram em 1958, e sete (7) ministras foram ordenadas (REILY, 1997), tendo como um de seus exemplos o ministério pastoral de Odá de Castro Pessanha (1965/1966). Odá primeiramente tornou-se copastora da terceira igreja fundada em Curitiba pelo seu pai, o reverendo Mariano de Castro. Mais tarde, tornou-se a titular. Em 1965, construiu um templo para acomodar em torno de 650 pessoas, mas o espaço tornou-se exíguo, e em 1979 iniciou a construção de um novo templo, com a capacidade para cerca de 1300 pessoas. Em 1970, foi nomeada para Coordenadora Nacional do Grupo Missionário de Senhoras.

Pioneira no Brasil no ministério feminino, a Igreja do Evangelho Quadrangular conta na composição do seu ministério um total de 35% de mulheres, o que representa a força da liderança feminina nesta igreja. Segundo Freston:

A igreja Internacional do Evangelho Quadrangular (IEQ), tinha mais de 3.000 igrejas e 4.000 congregações em 1991, servida pelo número alto de mais de 10.000 pastores. Uma característica notável dessa igreja fundada por uma mulher é que 35% dos pastores são mulheres, inclusive 22% dos titulares. Há vários casos em que a pastora titular é a esposa e o pastor auxiliar é o seu marido. Por quase toda sua história, o Instituto Bíblico Quadrangular em São Paulo teve uma diretora. Nenhuma igreja histórica, por mais avançado que seja o seu discurso, chega perto dessas cifras. Enquanto o sacerdócio feminino na Igreja Católica fica cada vez mais distante e algumas igrejas protestantes históricas dão passos tímidos que não parecem encaixar efetivamente com a demanda feminina, o fato de que uma igreja pentecostal desenvolve, sem alarde externo nem crise interna, um modelo surpreendente igualitário, deve fazer-nos desconfiar de certos estereótipos do campo religioso (FRESTON, 1994, p. 114).

Para Souza (2012) a aparência jovem, bonita, e longe da imagem tradicional da mulher pentecostal modela até hoje a Igreja do Evangelho Quadrangular, tornando-a menos rígida no tocante à roupa, aparência e a inserção da mulher no ministério pastoral.

IGREJA METODISTA

Os primeiros metodistas missionários chegaram em solo brasileiro no ano de 1835, fortemente engajados de que era necessário propagar aos trópicos a fé protestante. Neste mesmo ano, segundo Duncan Reily (1997), embora existisse um considerável número de pregadoras, a Conferência condenou fortemente a pregação feminina, levando à quase inexistência destas pregadoras durante um longo período.

Muito diferente foi o caso de alguns grupos metodistas que por motivos diversos, deixaram o metodismo Wesleyano. Desde o início, os metodistas “primitivos”, organizados em 1811, entendiam que não deveria haver limitação por causa do sexo no trabalho da igreja, daí havia não apenas pregadoras locais, como também itinerantes e missionárias, destacando-se pregadoras como Mary Porteus e Elizabeth Smith. Para Duncan esse fato fica em parte escondido, pois nas Minutes of the Conference (Atas), os pregadores e pregadoras são indicados pelo sobrenome e iniciais, o que torna difícil de ser identificados pelos sexos.

Um pesquisador descobriu, por exemplo, nas atas de 1832, treze pregadoras nomeadas a paróquias (stations); o mesmo admite que, em outros anos, o número poderia ser maior. Sem dúvida, o extensivo emprego de mulheres no labor evangelístico foi uma das mais notáveis características (REILY, 1997, p. 176).

O que chama atenção é que o resultado de ter mulheres, ainda que como pregadoras (locais e itinerantes), pois eram assim identificadas, trouxeram para denominação metodista um efeito positivo, tanto foi que Duncan relata:

Só quatro anos após sua organização, a denominação possuía 30 itinerantes, dos quais, 14 mulheres (quase a metade!), e em 1823, esse novo ramo do metodismo já contava com 100 pregadoras, entre locais e itinerantes. Pregadoras como Johana Brooks Neale, exímia evangelista, Mary Ann Werry, missionária às Ilhas Scilly, Guernsey e Jersey, Mary O’ Bryan, filha do fundador dos “Cristãos da Bíblia” e conhecida como Maiden Preacher (a Pregadora Donzela), povoam as páginas da história da denominação (REILY, 1997, p. 176-177).

Com este perfil de protestantismo de fronteiras, e a inclusão de pregadoras itinerantes e locais é que o metodismo desembarca no Brasil.

No Brasil, em geral a trajetória da chegada do metodismo é descrita a partir do protagonismo dos missionários. Mas os caminhos foram trilhados inicialmente pelas mulheres visitadoras. Os jornais *Expositor Cristão* e *O Testemunho* contêm alguns rastros da trajetória dessas mulheres. Além disso, há referências nas atas das primeiras conferências realizadas na Igreja Metodista do Brasil, ainda em processo de formação e pesquisas realizadas pelo historiador Duncan Alexander Reily (RIBEIRO, 2011, p. 33).

A Igreja Metodista, historicamente marcada por seu compromisso social e a única a estabelecer um Credo Social, constitui um espaço privilegiado para essas mulheres pastoras refletirem teologicamente e agirem pastoralmente diante da realidade brasileira.

Com a autonomia da Igreja Metodista no Brasil, em 1930, foi apresentada a proposta de inclusão da ordenação ao presbiterado, sem distinção de sexo, nas leis da igreja. A proposição não foi aprovada naquele momento. Até que fosse novamente apresentada e aceita, e os Cânones da Igreja Metodista fossem alterados, passaram-se quarenta anos. A Igreja Metodista foi uma das primeiras no Brasil a eliminar a distinção de sexos no ministério ordenado. Este fato se deu em 1971, na segunda fase do X Concílio Geral desta igreja. No item a seguir, serão tratados aspectos do processo político e o contexto social em que se dá a abertura oficial para a ordenação feminina na Igreja Metodista (SILVA, 2011, p. 42-43).

Apesar desses avanços, houve paralelamente movimentos de silenciamento da importância da mulher metodista (RIBEIRO, 2009), ou seja, apesar do fato da existência do ministério pastoral feminino na Igreja Metodista desde 1970, precisa-se continuamente lembrar-se da sua história,⁵ explicar suas bases bíblico-teológicas⁶ e refletir sobre as suas contribuições pastorais.⁷

⁵ Perspectiva histórica veja Reily (1989; 2ª edição 1997), Mesquita (2001; p. 99- 105), Soares (2005, p. 35-50), Silva (2008, p. 25-37) e Ribeiro (2009).

⁶ Perspectiva teológica veja Perreira (2003, p. 188-200), Boelher (2008, p. 107-122) e Renders (2010b, p. 91-106; 2011, p. 100-115).

⁷ Perspectiva pastoral veja Coutinho (2005, p. 137-150), Paula (2005, p. 121-136); Renders (2010a, p. 296-301), Ribeiro (2005, p. 151-160).



IGREJA EVANGÉLICA DE CONFISSÃO LUTERANA NO BRASIL (IECLB)

Igrejas luteranas, segundo o professor Arnaldo Érico Huff (2011, p. 77), “são aquelas que, de alguma maneira, representam a continuidade do movimento da reforma eclesiástica que teve como personagem central o monge agostiniano Martinho Lutero, no século XVI”. Portanto, tais igrejas fazem parte daquela porção da religião cristã que professa a fé luterana e constituem a face institucional do luteranismo e uma das expressões do protestantismo.

É possível identificar-se, pelo menos, quatro tendências na reforma: uma começada na Alemanha com Lutero e que se difundiu posteriormente na Escandinávia; a liderada por Calvino e Zwinglio que se desenvolveu na Suíça, França e Escócia; a terceira tendência, denominada foi a anglicana, ocorrida basicamente na Inglaterra e que recebeu a influência dos ideais reformistas do continente (SILVA, 2011, p. 26).

No Brasil a fé luterana se fez presente principalmente a partir de 1824, quando começaram a chegar ao país as primeiras levas de imigrantes alemães, como registra Huff:

Conjuntamente àqueles imigrantes, vieram também os fiéis e os pastores que cultivaram o luteranismo em terras brasileiras, e fundaram as igrejas e comunidades luteranas hoje existentes no país: a Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), a Igreja Luterana do Brasil (IELB), a Associação de Comunidades Luteranas Livres e a Igreja Evangélica Congregacional do Brasil (IECB), além de comunidades luteranas independentes ou livres, e de comunidades luteranas renovadas ou carismáticas (HUFF, 2011, p. 77).

O Sul do Brasil e a bacia do Prata tornaram-se, então, para a Alemanha o que representavam os Estados Unidos para Inglaterra: uma nova Alemanha no além-mar. Estes imigrantes, por sua vez se estabeleceram no estado do Rio de Janeiro (Nova Friburgo/RJ), e no Sul (São Leopoldo/RS e Blumenau/SC). Para Huff (2011, p. 87) “nas regiões em que foram assentados, providenciaram sua subsistência, construíram suas escolas, seus templos e

congregações, e elegeram os pastores e professores que consideravam dignos para as tarefas religiosas e educacionais”.

A base da Igreja Luterana é a comunidade local. As comunidades se organizam administrativamente em paróquias e sínodos. Isto contribuiu no crescimento e fortalecimento, como registra Huff:

Instituições de ensino, não é demais dizer, foram parte constitutiva de todo esse processo, desde o início das primeiras comunidades, até o florescimento da atual IECLB, passando pelo período do germanismo. Hoje, a IECLB comporta uma série de instituições educacionais comunitárias em todos os níveis, reunidas na Rede Sinodal de Educação, composta de 60 instituições que agregam ao todo 36.000 alunos (HUFF, 2011, p. 96).

A presença feminina nesse processo merece destaque, pois desde a passagem do século XIX para o XX, começando por Rio Claro, São Paulo, e espalhando-se pelo país, as mulheres se organizaram na Ordem Auxiliadora das Senhoras Evangélicas (OASE), que posteriormente juntou força, segundo Huff, com a Irmandade das Diaconisas, formada por mulheres de vida religiosa consagrada que trabalhavam como parteiras ou em jardins de infância. A partir dos anos 1980, pela ação da OASE na organização de encontros regionais de senhoras, passou-se a discutir, além de questões acerca da confessionalidade luterana, também a participação de mulheres nos concílios gerais da Igreja Luterana e nos conselhos diretores, o que colaborou para o aumento do papel feminino na liderança institucional. Outra questão que favoreceu para o aparecimento destas discussões, segundo Martin Dreher, foi o surgimento de uma Teologia Feminista,

que por sua vez trouxe o assunto das relações de gênero à baila na IECLB, e que portanto o tema da inclusividade alastrou-se para formação ao ministério pastoral. Decorrência dessas dinâmicas, Rita Marth Panke, formada pela EST em 1976, foi a primeira pastora a assumir uma congregação na IECLB. Na década de 1990 a cátedra de Teologia Feminista já estava estabelecida na Escola Superior de Teologia, a segunda em nível mundial, posterior apenas à existente em Amsterdã, Holanda (DREHER, 2005, p. 68).



Convém ressaltar que Rita Marta Panke foi apresentada ao cargo em 1976, mas somente em 1982 o pastorado feminino foi aceito com a consagração de cinco pastoras ao ministério, entre elas Rita Marta Panke, “destas cinco pastoras, duas atuam ao lado do marido” (REILY, 2003, p 393).

Na Igreja Luterana há igualdade entre homem e mulher. A mulher pode ocupar qualquer cargo de coordenação e autoridade na igreja, inclusive ser ordenada pastora.⁸

IGREJA ANGLICANA

Para a professora Elizete da Silva, desde o século XVI já era possível perceber, ainda que de forma efêmera, a presença de protestantes nos trópicos, como foi o caso dos calvinistas no Nordeste. Estes permaneceram até o século XVII, ou seja, o tempo que durou a ocupação francesa e holandesa neste território. Trata-se de um protestantismo de imigração, é tanto que fundaram comunidades evangélicas provisórias e logo após a expulsão destes grupos, as suas comunidades também desapareceram. Apenas no século XIX, com a chegada da corte real e o tratado de comércio com os ingleses, é que os protestantes de origem anglicana começam efetivamente a desembarcarem no Brasil.

A presença sistemática do protestantismo, no Brasil, ocorreria na primeira metade do século XIX, em decorrência de uma conjunção de fatores de ordem econômica e política, destacando-se a abertura dos portos às nações amigas, em 1808, e a imigração europeia, a partir do período Joanino. Os anglicanos adentraram o país como comerciantes, nas grandes cidades [...] fundaram suas igrejas para propiciarem assistência espiritual aos fiéis de origem (SILVA, 2011, p.25).

Para Elizete, estavam em jogo vários interesses dos britânicos na transferência da corte de D. João ao Brasil. Interesses estes que acabaram culminando na assinatura de dois Tratados em 1810, ou seja, o Tratado de Aliança e Amizade e o Tratado de Comércio e Navegação. Outros tratados ficaram apenas na assinatura, mas não no seu cumprimento como nos revela Cavalcante:

⁸ Disponível em: http://www.ieclb.org.br/mensagem_conciliogeral.htm. Acesso em: 20/08/2012

Outro tratado importante para o processo abolicional, foi o de Viena em 22 de janeiro de 1815, ratificado pelo Brasil em 13 de março de 1827 que previa a abolição dos escravos em três anos. Para atender essa petição, foi assinada a lei jamais cumprida, e por isso denominada segundo Moura “para inglês ver”, em sete de novembro de 1831 (CAVALCANTE, 2004, p. 240-241).

Ainda se tratando de jogo de interesse, a transferência da família real portuguesa para o Brasil afetou profundamente o quadro religioso brasileiro. Uma vez que se tratava de um país eminentemente católico até a chegada dos ingleses, mas como nação oficialmente protestante, a Inglaterra garantiu para os seus súditos privilégios de caráter religioso. Evidente que tais privilégios que se opunham ao monopólio da Igreja Católica só foram concedidos em virtude do poder econômico que a Inglaterra tinha sobre Portugal. Segundo Elizete da Silva, “foram os colonos britânicos, instalados nas principais províncias, que trouxeram o anglicanismo para o Brasil, usufruindo todas as garantias e privilégios concedidos pelo governo luso-brasileiro” (SILVA, 2011, p. 31). Isto só foi possível por força do Tratado estabelecido com a corte real de D. João em 1810, quando a Igreja Anglicana lança a pedra fundamental do seu templo, no estado do Rio de Janeiro, que, segundo Walsh (1982, p. 143), ocorreu no dia 12 de agosto de 1819, à rua dos Borbonos. A igreja foi dedicada a São Jorge, padroeiro da Inglaterra e a São João Batista, em homenagem a D. João VI. Segundo Elizete da Silva, estando o anglicanismo dividido em duas alas, a católica e a protestante, foi esta última que se estabeleceu no Brasil. Foi também a linha protestante da igreja anglicana que se instalou em Salvador.

Os anglicanos e alemães foram sempre nesse período comunidades fechadas que não tiveram origem missionária, mas se constituíam em capelanias de assistência religiosa aos imigrantes. A partir de 1810 surgiram as igrejas anglicanas com seus capelães (MENDONÇA, 2008, p. 45).

Segundo a documentação levantada e pesquisada pela professora Elizete da Silva, a Igreja Anglicana estabelecida no Brasil e na Bahia identificava-se completamente com o protestantismo de imigração, afirma-se isto porque:

Os serviços religiosos eram feitos em inglês para a colônia britânica; a Igreja de São George foi estabelecida para atender as necessidades espirituais dos ingleses e seus descendentes, sem nenhuma



preocupação proselitista. Estabelecida por força de um tratado, moveu-se sempre dentro dos limites das concessões, evitando confrontos, pois estava vedado pregar ou declamar publicamente contra a religião Católica ou procurar fazer prosélitos ou conversões (SILVA, 2011, p. 38).

Para a autora esta postura da Igreja Anglicana em respeitar a Igreja Católica só foi possível em virtude dos anglicanos não se identificarem com os protestantes de origem missionária e, talvez por isso, estes anglicanos reconheciam a Igreja Católica como cristã, por isso mesmo não se dispuseram a fazer nenhum tipo de proselitismo em meio à população católica.

A originalidade da reforma inglesa, as especificidades encontradas na Igreja Anglicana e sua atitude inclusive diante de outros grupos religiosos permitiram a elaboração de uma concepção, corrente entre os teólogos anglicanos da atualidade, chamada de ethos anglicano. Decorrente dessa postura inclusiva encontra-se hoje, coexistindo no seio da comunhão anglicana, uma tendência católica e outra protestante (SILVA, 2011, p. 29).

Somente na segunda metade do século XX a igreja Anglicana seria reconhecida como uma igreja Episcopal de origem norte-americana no Brasil. Antes ocorre um sério problema interno à Comunhão Anglicana no Brasil que Elizete da Silva chama de dupla jurisdição. Ou seja, com a instalação da Igreja Episcopal Americana no Rio Grande do Sul em 1890 pelos missionários norte-americanos, aconteceu a superposição de duas igrejas da mesma comunhão no mesmo país. Essa tensão só foi resolvida em 1955 por meio de um acordo firmado pelos dois bispos e o arcebispo de Cantuária, em Londres, passando as duas igrejas fundidas a se designarem como Igreja Episcopal Anglicana do Brasil. A expressão episcopal indica que é governada por bispos e a palavra anglicana, antes de significar inglês, aponta para a grande família cristã internacional.

Hoje a Igreja Episcopal tem templos, missões e instituições educacionais e assistenciais em 150 diferentes localidades do país, concentrando-se a maior parte no Rio Grande do Sul. Em 1976, nos Estados Unidos consagrou-se a primeira pastora episcopal⁹, embora registros apontem para presença de pastorado feminino na Igreja Anglicana desde 1921. Não foi possível precisar o ano de consagração da primeira pastora no Brasil. No

⁹ Disponível em: <http://www.ieab.org.br/site/pt/historia/>. Acesso em: 05/09/2012

entanto, no Rio de Janeiro, somente em 2000 a Igreja Anglicana passou a ter uma pastora.

A presença de mulheres no ministério pastoral cresce significativamente com o surgimento de igrejas recentes no Brasil, categorizadas por Ricardo Mariano (2004) de neopentecostais, sobretudo aquelas que têm uma representatividade nacional, como é caso da Igreja Universal do Reino de Deus (IURD), Igreja Internacional da Graça de Deus, Igreja Cristo Vive e Igreja Renascer em Cristo. Essa mobilidade de ter uma liderança feminina nestas igrejas faz com que o pentecostalismo torne-se numa alternativa para o ministério pastoral de mulheres.

PENTECOSTALISMO, UMA ALTERNATIVA AO MINISTÉRIO PASTORAL FEMININO

Para Souza (2012), o termo “pentecostalismo” é derivado da palavra Pentecostes, referência ao último dia dos cinquenta dias da festa da colheita. Logo, o pentecostalismo tem sido considerado um movimento religioso com características oriundas do cristianismo e vem apresentando expressivo crescimento.

Movimento formado no início do século XX nos Estados Unidos, o pentecostalismo distingue-se do protestantismo histórico, do qual é herdeiro, por pregar e enfatizar a crença nos dons do Espírito Santo, entre os quais se destacam os dons de línguas (glossolalia), cura e discernimento de espíritos, e por retomar as crenças e práticas do cristianismo primitivo, como a cura de enfermos, a expulsão de demônios, a concessão divina de bênçãos e a realização de milagres. Este vem crescendo em vários países, sobretudo da América Latina, onde o Brasil se destaca, abrigando cerca de trinta milhões de evangélicos.¹⁰

Mariano (2005), analisando a expansão evangélica, destaca o papel importantíssimo exercido pelos pentecostais e neopentecostais, visto que eles cresceram 8,9% anualmente, enquanto os protestantes históricos não superaram os 5,2% de crescimento anual. Como já fora apontado por diversos pesquisadores, as igrejas pentecostais conquistam cada vez mais fiéis nas camadas médias e altas, mas a base do avanço pentecostal está na classe popular. A tese originalmente proposta por Fry e Howe (1975), indica que o pentecostalismo, assim como a umbanda, trata-se de uma religião que congrega aflitos, mulheres, negros, pobres, entre outros. Jacob (2006), por

¹⁰ Na América Latina, o termo “evangélico” é usado para designar o grupo formado pelas igrejas protestantes históricas, pentecostais e neopentecostais.



exemplo, concluiu que o progressivo aumento de fiéis pentecostais é um fenômeno mais acentuado entre as classes médias baixa e pobres dos grandes centros urbanos. Atualmente, fala-se também em “anéis evangélicos”, nome dado à concentração da população pentecostal nas periferias das principais capitais brasileiras.

O último censo realizado no Brasil aponta que 56% dos seguidores de igrejas evangélicas são mulheres. Esse fato cria uma desproporção que, no conjunto das igrejas pentecostais, mostra-se com ainda mais relevo, “o que acaba por dar um rosto feminino ao pentecostalismo” (MACHADO, 2005, p.388).

Dentre os fatores que influenciam a maior receptividade das mulheres em relação ao pentecostalismo estão os espaços criados pelas igrejas pentecostais para a discussão dos problemas familiares (relação conjugal, problemas com drogas etc ...).

A pesquisadora Patrícia Birman (1996) indica que as igrejas pentecostais tratam fundamentalmente das aflições humanas, e tais assuntos, geralmente, estão vinculados à esfera doméstica e familiar. Em função disso, cria-se uma situação onde a mulher passa a exercer o importante papel de mediadora na relação com o sagrado dentro de suas famílias. Logo, “uma das principais características das mulheres pentecostais é que elas constituem a maioria da membresia das igrejas locais” (SANCHEZ, 1996, p.112).

No entanto, ainda que as mulheres constituam a maioria no meio evangélico, uma pequena parcela ainda das igrejas pentecostais não permite que a mulher exerça o pastorado. Todavia, isso não significa que as mulheres evangélicas estivessem totalmente à parte do exercício de importantes funções em suas igrejas, pois cargos de liderança com menores amplitudes tais como a direção de escola bíblica dominical e a organização de grupos de oração são comumente atribuídos às mulheres.

Para Freston (1997), é nas igrejas denominadas neopentecostais que encontra-se o maior número de mulheres consagradas ao ministério pastoral. Clara Mafra (1996) aponta três igrejas neste período com expressão midiática, fundadas por pastoras, descrito no CIN 92/ISER: A Igreja do Evangelho Quadrangular (1953), a Igreja Aliança com Deus, da bispa Regina, e o Ministério Cristo é Vida, hoje conhecida como Igreja Nacional do Senhor Jesus Cristo, da pastora Valnice Milhomes, ex-missionária da Junta de Missões Mundiais da Convenção Batista Brasileira (CBBa).

Várias igrejas começam a surgir a partir da década de 1990, proliferando nos espaços urbanos pequenas igrejas, cada vez mais sem vínculo com as principais correntes denominacionais. São igrejas que surgem, fundamentalmente, a partir de um sentimento de inspiração divina de algum(a) fiel mais dedicado(a) ou que recebe algum chamado especial (MAFRA, 2001), e é nestas igrejas que encontram um grupo maior de pastoras que as lideram. Segundo Bittencourt (1994), este pentecostalismo independente é formado por igrejas dissidentes do pentecostalismo tradicional. Para Ari Pedro Oro (1992), o pentecostalismo independente formou igrejas que se multiplicaram e adquiriram características próprias.

No Censo de 2000, cerca de 1.627.870 evangélicos (6,2% do total) foram classificados pelo IBGE como “sem vínculo institucional”, característica básica deste pentecostalismo autônomo, ou como prefiro chamar pentecostalismo de bairro. São na sua maioria igrejas fundadas e/ou organizadas por meio de uma “revelação de Deus”, ou mesmo por brigas internas com outras lideranças.

A autonomia institucional dos novos movimentos pentecostais, a liturgia própria e com os recursos financeiros autônomos, as igrejas neopentecostais superam as categorias clássicas do protestantismo, que se caracterizam por uma estrutura rígida, códigos de disciplina tradicionais e exigência de uma formação teológica. As igrejas históricas estiveram sempre presas aos ditames de suas fundações de origem sejam norte-americanas ou britânicas. (CÉSAR E SHAULL, 1999, p. 118)

César e Shaull colocam ainda que: “A genealogia dos pentecostalismos mostra uma árvore cujos galhos se multiplicam para todos os lados, embora nada tenham a ver, institucionalmente, com o tronco original” (CÉSAR E SHAULL, 1999, p. 119). Isto pode explicar o número dessas igrejas que são fundadas por aqueles que são impulsionados por alguma “revelação” para iniciar uma obra particular como, por exemplo, abrir uma nova igreja em qualquer lugar (FERNANDES, 1999).

Este crescimento só é possível também devido à herança do princípio do sacerdócio universal, segundo Novaes (2001). Este princípio do sacerdócio universal dos cristão abriu precedentes para que hoje no Brasil muitas denominações produzam e reproduzam líderes homens e mulheres, fazendo com que nasçam, assim, “igrejas que sejam efetivamente brasileiras, nos seus



recursos tanto materiais como simbólicos” (NOVAES, 2001, p. 101). Isso fez com que leituras e releituras fossem realizadas a favor do pastorado feminino, levando a um crescimento significativo deste pastorado nos últimos dez anos. Sendo assim, o pentecostalismo autônomo ou de bairro seja uma releitura que este segmento faz da visão do mundo pentecostal.

Estas mulheres, que outrora tinha que manter-se na igreja em silêncio, sendo a elas vedada a possibilidade de ordenação ao ministério pastoral, discordavam, dizendo que as instituições tinham parado no tempo, e que mantinham as mesmas atitudes do apóstolo Paulo, no primeiro século do cristianismo (SANTOS JÚNIOR, 2017, p. 75).

Discutir a questão feminina associada à religião é conhecer mais profundamente o nosso país, com essa imensa diversidade de religiosidade, culturas, de símbolos, de jeitos de ser e pensar. É encarar a realidade complexa e desigual, que se esconde sob uma aparência de unidade e de homogeneidade, mas que somente se revela particular na fragmentação, na diferença e na diversidade.

A partir da década de 1980, o crescimento das denominações pentecostais criou gradativamente, até a década de 1990, uma situação nova: abertura ao ministério pastoral feminino no interior do pentecostalismo.

São nas igrejas de raízes pentecostais que encontramos o maior número de mulheres assumindo o pastorado. Revelando-nos assim, que são essas igrejas que dão maior autonomia para que as mulheres exerçam o seu ministério. Essa valorização confere às mulheres uma força (mesmo que transcendental) para lutar por um espaço maior dentro de suas igrejas e até mesmo fora delas, com uma predisposição que lhes garante uma conquista. (SANTOS, p. 131, 2002)

A organização, hoje, de novas igrejas com lideranças femininas faz com que este momento torne-se importante para estas pastoras, pois se abre a possibilidade de reconstruir uma nova identidade. Agora não mais do banco, como fiel submissa, mas do púlpito.

O púlpito é este lugar que confere também a estas mulheres autoridade sobre todos na congregação, lugar que, até então, era ocupado por uma hierarquia

marcadamente masculina. Através da fundação de pequenas igrejas pentecostais, mulheres até então submissa, que não iam além do banco da igreja, passam a viver sua experiência pentecostal de outra maneira. Nestas igrejas criadas por mulheres, as mesmas ocupam o papel de destaque, exercendo plenamente a função de comando frente a um grupo, muitas vezes, majoritariamente feminino (SANTOS JUNIOR, 2017, p. 79).

Essa abertura de classe e de gênero não está restrita exclusivamente à mulher pastora, mas todas que têm um desejo explícito de sair do universo privado para o público e de vir a se tornar uma liderança.

Com essa descrição histórica sobre o advento do pastorado feminino, foi possível identificar como a feminilidade e a masculinidade na igreja são construídas e justificadas a partir da leitura bíblica. Além também de perceber como os papéis na igreja são definidos por meio de espaços, ou seja, o púlpito é coisa de homem, de pastor enquanto os outros setores podem ser ocupados pelas mulheres. No entanto, o encerramento deste artigo não finaliza o tema nem fecha o assunto, ao contrário, consiste em reflexões e projeções, dentro do espírito com que assistimos e pensamos alguns atos, na tentativa de avançar e aprofundar ainda mais sobre a temática.

REFERÊNCIAS

BIRMAN, Patrícia. *Mediação Feminina e Identidades Pentecostais* In: Cadernos Pagú, n. 6/7. Campinas: UNICAMP, 2010.

BITTENCOURT F., J. *Remédio Amargo*. In: ANTONIAZZI, et. al. *Nem anjos Nem demônios: Interpretações Sociológicas do Pentecostalismo*. Petrópolis: Vozes, 1994.

CAVALCANTE, Nireu. *O Rio de Janeiro setecentista: a vida e a construção da cidade, da invasão francesa até a chegada da corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

CESAR, W.; SHAULL, R. *Pentecostalismo e Futuro das Igrejas Cristãs: Promessas e Desafios*. Petrópolis: Vozes, 1999.

DREHER, Martin. *História do povo luterano*. São Leopoldo: Sinodal, 2005.

FERNANDES, Rubem César. *Novo Nascimento: os evangélicos em casa, na igreja e napolítica*. Rio de Janeiro, Iser, 1996 (mimeo.).

FERNANDES, S.R.A. *“Vinho Novo em Odres Velhos?” Uma análise da Vida Religiosa feminina na modernidade contemporânea*. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, UERJ/IFCH, Rio de Janeiro, 1999.

FRESTON, Paul. *Breve História do Pentecostalismo Brasileiro*. In: Antoniazzi, Alberto et al. *Nem Anjos nem Demônios: Interpretações Sociológicas do Pentecostalismo*. Petrópolis: Ed. Vozes. 1994.

FRY, Peter; HOWE, Gary. *Duas respostas à aflição: umbanda e pentecostalismo*. In: Debate & Crítica, nº 6. São Paulo: Hucitec, 1975, p. 79-94.

HUFF JÚNIOR, Arnaldo Érico. *Igrejas luteranas no Brasil*. In: SILVA, Elizete da. SANTOS, Lyndon Araújo. ALMEIDA, Vasni de. *Fiel é a palavra: leituras históricas dos evangélicos protestantes no Brasil*. Feira de Santana: UEFS, 2011.

JACOB, César Romero. et al. *Religião e Sociedade em Capitais Brasileiras*. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola; Brasília: CNBB, 2006.

LOPES, A. N. *Ordenação de mulheres: que diz o novo testamento?* São Paulo: PES, 1997.

MACHADO, Maria das D.C. *Representações e relações de gênero em grupos pentecostais*, Revista Estudos Feministas, Santa Catarina, v. 13, n. 2, p. 387-396, 2005.

MAFRA. C. *Gênero e Estilo Eclesial Entre os Evangélicos*. In: Fernandes, R.C., et al. (Org.). *Novo Nascimento: Os Evangélicos em Casa, na Igreja, e na Política*. Rio de Janeiro: Mauad, 1996.

MAFRA. C. *Os Evangélicos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

MARIANO, Ricardo. *Expansão pentecostal no Brasil: O caso da Igreja Universal*. In: Estudos Avançados, São Paulo, v. 52, p. 121-138, 2004.

MARIANO, Ricardo. *Neopentecostais: Sociologia do Novo Pentecostalismo no Brasil*. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

MENDONÇA, Antonio Gouvêa. *O Celeste Porvir: A inserção do protestantismo no Brasil*. 3º ed. São Paulo: EdUSP, 2008.

NOVAES, R. R. *Pentecostalismo, política, mídia e favela*. In: VALLA, Victor Vincent. *Religião e cultura popular*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

ORO, A. P. *Podem Passar a Sacolinha: Um Estudo Sobre as Representações do Dinheiro no Neopentecostalismo Brasileiro*. In: Caderno de Antropologia 9. Porto Alegre: UFRGS, 1992.

REILY, D. A. *História Documental do Protestantismo no Brasil*. 3ª ed. São Paulo: ASTE, 2003.

REILY, D. A. *Ministérios Femininos em Perspectiva Histórica*. São Bernardo do Campo: CEBEP e EDTEO, 1997.

RIBEIRO, M. F. S. *Rastros e rostos do protestantismo brasileiro: uma historiografia de mulheres metodistas*. São Leopoldo: Oikos, 2009.

RIBEIRO, Margarida Fátima Souza. *Trajetória das mulheres metodistas: memória, presença e desafios*. In: Revista Caminhando v. 16, n. 2, p. 31-40, jul./dez. 2011.

SÁNCHEZ, A. L.; PONCE, O. *A Mulher na Igreja Pentecostal: Abordagem Inicial à Prática Religiosa*. In: GUTIÉRREZ, B; CAMPOS, L. S (Org.) *Na Força do Espírito - Os Pentecostais na América Latina: Um Desafio às Igrejas Históricas*. São Paulo, SP: Aipral-Pendão Real – Ciências da Religião, 1996.

SANTOS, Maria Goreth. *A mulher na hierarquia evangélica: o pastorado feminino*. Dissertação (Mestrado), PPCIS – UERJ, Rio de Janeiro, 2002.

SANTOS JÚNIOR, José Nunes dos. *“Ele me entregou o cajado”*: experiências formativas no pastorado feminino pentecostal. Salvador: Editora Sagga, 2017.

SILVA, Elizete da. *Anglicanismo no Brasil: Igreja dos ingleses*. In: SILVA, Elizete da. SANTOS, Lyndon Araújo. ALMEIDA, Vasni de. *Fiel é a palavra: leituras históricas dos evangélicos protestantes no Brasil*. Feira de Santana: UEFS, 2011.

SOUZA, Sueli Ribeiro Mota. *Cura e terapia: experiência religiosa de mulheres pentecostais*. Salvador: EDUEB, 2012.

Perspectiva
Histórica

**E
N
T
R
E
V
I
S
T
A**

**E
N
T
R
E
V
I
S
T
A**

**E
N
T
R
E
V
I
S
T
A**

